

Jean Lave *

A expressão das estruturas de base do comércio do vinho do Porto na vida social da comunidade britânica

Tenho quatro questões a focar, o que farei tão simples e informalmente quanto possível. Primeiro, gostaria de juntar a minha voz à dos que, na tentativa de compreender o comércio do vinho do Porto, consideram útil que sejam ultrapassadas as suas definições mais restritas enquanto processo de produção ou empreendimento económico, para serem consideradas as complexidades das comunidades sociais em que este comércio está implantado. A minha atenção centra-se no enclave britânico no Porto. Segundo, deveria ser possível analisar os conflitos contínuos e variáveis no seio das comunidades e a vida social dos participantes no comércio, em termos das estruturas político-económicas que modelam tanto o comércio como a vida da comunidade. Relativamente ao comércio do vinho do Porto, estas relações foram-se alterando no decurso de um longo período, passando do capitalismo mercantil para formas de comércio global e multinacional e de relações coloniais informais para relações políticas pós-coloniais entre as firmas e famílias britânicas e os agricultores, os exportadores e as famílias portuguesas que participam na vida social do enclave britânico. O terceiro e quarto ponto referem-se ao entendimento dos dois anteriores: defendo que as lutas relativas à identidade da comunidade têm como objectivo estabelecer posições favoráveis para os interessados (para si, para os seus filhos e, conseqüentemente, para estabelecer, a longo prazo, a sua própria reputação como «antepassados») no futuro da comunidade. Assim, os membros do enclave britânico do Porto lutam de variadas formas para manter e reproduzir relações coloniais informais – considerando-se a si mesmos como figuras centrais de uma «venerável e antiga comunidade de comerciantes de vinho do Porto» – ou para transformar a comunidade num grupo administrador multinacional, onde também existe uma pequena e anacrónica

* Universidade da Califórnia, Berkeley.

bolsa de britânicos há muito fora do seu país. Um bom cenário para se encontrar uma luta social concreta sobre o futuro é o das disputas em torno da educação das crianças. Tanto as disputas actuais por causa da *Oporto British School*, como as relações da OBS com a nova escola internacional representam essas lutas.

«Ser-se britânico no comércio do vinho do Porto» é uma luta ininterrupta, variável, secular e perpétua. Esta luta tem lugar no contexto político-económico e nas relações sociais que mantiveram as famílias britânicas no Porto e que conferem premissa aos seus esforços para se manterem (tanto britânicos como no Porto). As relações político-económicas estão a mudar. Colocando a questão claramente, esta transformação implica uma mudança na pequena produção de vinho do Porto por estrangeiros residentes em Portugal, organizados em firmas familiares, para a abertura do país – depois da revolução de 1974 – ao influxo do capital multinacional que, entre outras coisas, comprou muitas das firmas de vinho do Porto. Juntamente com esta transformação, deram-se mudanças nas especificidades dos velhos conflitos em que estão implantadas as identidades nacionais e de classe. Os britânicos, agindo em nome de identidades em conflito, lutam entre si pelas trajetórias da identidade do enclave, necessárias para produzir, confirmar e sustentar a sua identidade pessoal. Tentarei esboçar os interesses heterogêneos que caracterizam diversas formas de associar versões da identidade da comunidade britânica por pessoas que ocupam diferentes posições no enclave. Depois, tornar-se-á possível tratarmos das suas lutas em termos de conflitos de interesses nas trajetórias futuras, tanto para as pessoas, como para o enclave: a educação escolar, que aqui será examinada, é, talvez, a mais intensa arena para tais conflitos.

1. O CONTEXTO

Os primeiros britânicos que procuraram vinho em Portugal foram viajantes que se aventuraram fora da Inglaterra para negociar com tudo o que estivesse disponível. Mais tarde, foram mercadores que vieram viver para Portugal de forma a, ano após ano, conseguirem adquirir as quantidades necessárias de vinho do Porto de qualidade suficientemente boa aos ricos proprietários e/ou aos pequenos agricultores do Douro, mas que também compravam e vendiam outras mercadorias¹. Ainda mais tarde (1790-1880), estabeleceram – numa efervescente e prolongada vaga de sociedades exportadoras – as casas de vinho do Porto que ainda perderam², tomaram dos agricultores o controlo da fermentação e da mistura do vinho

¹ Incluindo o crédito. Ver DUGUID, Paul, *Speculations on change: An Anglo-Portuguese relation*, trabalho apresentado na conferência «The Anglo-Portuguese Alliance in History (1373-1993)», Cambridge, G.B., Setembro, 1993.

² Por volta de 1950, ver ROBERTSON, George, *Port*, London, Faber & Faber, 1987.

e, desta forma (simultaneamente com a aprovação dos seus consumidores de classe alta na Grã-Bretanha), expandiram e consolidaram as suas posições como fornecedores de uma mercadoria-elite produzida, vendida e bebida por cavalheiros. Em suma, a mudança no tipo de envolvimento britânico no comércio forneceu às famílias britânicas no Porto bases cada vez mais sólidas para a construção a posteriori de uma história nobre e harmoniosa, a história de uma comunidade dedicada a um só empreendimento-elite. A comunidade britânica do Porto viu, assim, aumentada a legitimidade das «old port families» (famílias tradicionalmente ligadas ao vinho do Porto) para definir as tradições, uma alma ou um espírito para o enclave (de acordo com a expressão do chefe de uma dessas famílias) e os privilégios inerentes³.

Outra mudança muito significativa ocorrida no comércio do vinho do Porto a partir de meados dos anos 60 (ver Bradford), e que se acentuou depois da revolução de 1974, foi a venda das firmas familiares (tanto portuguesas como britânicas) às companhias multinacionais, britânicas (por exemplo, a Harvey ou a IDV), francesas, canadianas-americanas (Seagrams) e portuguesas (SOGRAPE). Nem todas as antigas firmas caíram nas mãos de companhias multinacionais havendo, evidentemente, excepções, nomeadamente a Churchill Graham (nova), a Wiese & Krohn e o grupo Symington que, neste momento, é o único caso de família multigeracional a deter uma companhia.

Actualmente, o vinho do Porto (e o seu papel central nas histórias presentes) confere ao enclave britânico do Porto um estilo único que o distingue dos outros enclaves britânicos no mundo e de outros agrupamentos de britânicos – igualmente antigos, mas menos homogêneos –, como o de Lisboa. Entretanto, o poder económico e político das famílias britânicas com participação nas firmas de Gaia diminuiu⁴. No entanto, na outra margem do rio, em frente a Vila Nova de Gaia, na Igreja Anglicana de St. James, no *Oporto Cricket & Lawn Tennis Club* e na *Oporto British School*, isso é menos óbvio, menos claro do que poderia ser. No enclave, há uma considerável ignorância relativamente a quem detém e dirige o comércio de vinho do Porto (por exemplo, num encontro da *Church Ladies Guild* – o grupo feminino da Igreja – discutiu-se se uma das maiores firmas estava nas mãos de britânicos ou de portugueses). O passado assume importância como pilar da comunidade e a sua hipotética singularidade tem, para eles, talvez mais significado que no

³ As firmas do Porto também estão a actuar com razoável (e crescente) sucesso sob a forma de cartel. Falam como uma só voz nos jornais, calam as suas diferenças e distanciam-se das suas relações competitivas quando conversam com visitantes.

⁴ Apesar de, nos últimos anos, ter atingido o maior valor de sempre em volume e em lucros, o facto é que, depois da revolução, o vinho do Porto decaiu de 5 para cerca de 2% do comércio externo português, à medida que as barreiras ao investimento estrangeiro foram sendo removidas e que uma grande variedade de indústrias se mudou para Portugal, tornando-se um forte contributo para a balança comercial externa portuguesa.

passado, enquanto recurso de legitimação dos seus privilégios. De muitas formas, o núcleo da elite, ainda centrado no vinho do Porto, ainda o âmago da «colónia» britânica, reivindica com convicção os seus privilégios de «fundador», embora sem os recursos que, há setenta anos, garantiam a sua posição.

Nestas circunstâncias, tornar-se-ia mais fácil imaginar a forma de luta entre a cultura de classe nacional da classe média-alta britânica e os portugueses, que iria terminar – e brevemente – com o desfalecer do enclave britânico do Porto, quer pela repatriação dos britânicos para «casa» – tal como eles continuam a referir-se a Inglaterra – quer pela desanglo-saxonização, assunto estranhamente tratado pelo sociólogo australiano J. P. Bailey, quando escreve sobre os britânicos na Argentina⁵.

Com efeito, o decrescente significado do comércio de vinho do Porto (num esquema de maior escala e numa base económica) para as famílias que nele negociavam levou, em parte, a uma abertura das instituições da colónia britânica, especialmente da *Oporto British School* (OBS) e do *Club*, anteriormente vedados a sócios portugueses. Neste momento, estas instituições não conseguiriam sobreviver sem a preponderância dos sócios (contribuintes) portugueses. No entanto, há lutas constantes pela manutenção destas instituições em mãos britânicas.

Mas não em quaisquer mãos britânicas. Mais do que um rápido desfalecer da sua presença no Porto, a partir de Abril de 1974, a comunidade britânica viu a sua composição alterada. Esta comunidade é diferenciada em vários grupos hierarquicamente organizados, cujos conflitos giram em torno dos diferentes interesses das antigas famílias do vinho do Porto (a sua longa estadia no Porto e as suas reivindicações como fundadores do clube, escola, hospital, consulado, casa da feitoria e igreja, assim como das firmas do vinho do Porto) e dos novos administradores das companhias e as suas famílias, que supervisionam as empresas multinacionais – britânicas e outras – com ramificações no Norte de Portugal. Com efeito, a questão mais importante relativamente à comunidade britânica no Porto pode muito bem não estar ligada ao facto desta comunidade estar a desaparecer, mas, antes, com o facto de, no futuro próximo, ela continuar a ser uma antiga e singular comunidade de exportadores de vinho do Porto que, de forma simpática, ofereceu as boas-vindas⁶ aos administradores contratados por três anos, durante a sua «curta estadia» como visitantes de passagem – simpática, enquanto os visi-

⁵ A dissertação de doutoramento de Bailey (Department of Sociology, University of Surrey, 1976) tinha por título *The British community in Argentina*. Philip D. Curtin (*Cross-cultural trade in world history*, Cambridge, GB, Cambridge University Press, 1984) defende que o comércio transcultural irá eventualmente ser assimilado, à medida que os comerciantes regressem ou se aculturem.

⁶ TANNER, R. E. S., *European leadership in small communities in Tanganyika prior to independence: A study of conflicting social and political interracial roles*, «Race», VII (3), Jan. 1966, p. 289-302. Noutro artigo, Tanner aponta que «o autor viveu, de 1945 até 1960, em pequenas comunidades europeias

tantes não tentarem quebrar ou alterar a ordem das coisas. Ou estará a comunidade a tornar-se um lugar de passagem transitório, de administradores de várias indústrias, onde falhar é não conseguir avançar rapidamente para um lugar mais prestigiado, num país economicamente mais poderoso; uma comunidade com uma interessante vitalidade de origem, mas já não activa, no comércio de vinho do Porto dos últimos séculos⁷.

Não há aqui espaço para expor as considerações que me levaram a caracterizar a luta político-económica como sendo a que se desenrola entre os modos de produção e de vida social, coloniais e pós-coloniais. Contudo, muito brevemente: o trabalho de S. Sideri trata detalhadamente da relação colonial informal de Portugal com a Grã-Bretanha durante os séculos XVIII e XIX⁸. Este estudo mostra que o comércio do vinho do Porto foi crucial para os interesses do governo britânico na exploração informal e indirecta, em Portugal e nas suas colónias. Em contraste, as relações de nacionalidade entre portugueses e britânicos – enquanto participantes no comércio e para além disso – estão, no presente, ordenadas de uma forma que, com alguma justificação, poderia ser chamada «enclave pós-colonial», no qual as relações coloniais vão passando por transformações, à medida que o modo de vida do Porto parece englobar cada vez mais cargos com a duração de três anos, ocupados por administradores das companhias multinacionais interessados na migração transnacional⁹.

na Birmânia e em Tanganica e ficou perplexo não só com a semelhança dos padrões de comportamento nestes dois países tão separados mas, também, com a semelhança histórica entre comunidades tão modernas e comunidades europeias na Índia e na Birmânia descritas em trabalhos autobiográficos e de ficção de 1860 em diante». O autor cita Kinkaid: KINKAID, Dennis, *British social life in India, 1608-1937*, Londres, Routledge & Sons, Ltd., [1939]; *Conflict within small European communities in Tanganyca*, «Human Organization», 23 (4), Inverno, 1964. Existem enormes diferenças entre as comunidades, os seus objectivos, actividades, fontes de legitimação e trajectórias em relação com a história do imperialismo global. Simultaneamente, muitos dos aspectos da vida social descritos por Tanner são surpreendentemente semelhantes. Tentar compreender o que se está a passar aqui é um problema que merece trabalho adicional.

⁷ Diz Stuart Hall: «A identidade significa sempre produzir no futuro uma narrativa do passado», acrescentando de seguida, «o mesmo é dizer que o que está em causa é sempre a narrativa, as histórias que as culturas contam a si próprias sobre quem são e de onde vêm» (HALL, Stuart, *Negotiating Caribbean identities*, «New Left Review», 209, Jan.-Fev. 1995, pp. 5). A questão que se põe é saber o que, neste caso, é importante. Mas, ao qualificá-lo, parece-me que ele limita a uma «narrativa» o que, no Porto, eu vejo como relações entre a organização e o controlo social e político-económico do enclave e os tipos de identidades em nome das quais as pessoas podem (vão poder) actuar. Hall refere-se especificamente à identidade como identidade cultural, também no caso das Caraíbas – sem dúvida, uma comunidade imaginada; ambas são diferentes do projecto presente e cada uma delas pode contribuir para as diferenças (*idem*, p. 1-14).

⁸ SIDERI, S., *Trade & Power: Informal colonialism in Anglo-Portuguese relations*, Roterdão, Rotterdam University Press, 1970.

⁹ Cf. Breckenridge e van der Veer, na introdução ao seu livro, *Orientalism and the postcolonial predicament*, Filadélfia, U Penn Press, 1993, p. 1: «Podemos consequentemente falar do período pós-

2. SER-SE BRITÂNICO NO PORTO

Como é que este enclave se manteve como enclave? As exclusões e concessões relativamente aos que «não conseguem ser britânicos no Porto» são fulcrais para o processo. Como é que as pessoas conseguem ser britânicas no Porto? Onde vão buscar os recursos de anglicidade implicados na primeira questão? Será que conseguem, de facto «ser britânicas»? De si próprias dizem, provocando reacções previsíveis dos visitantes britânicos, que são «mais britânicas que os britânicos»¹⁰. Ora, isto não é claramente a mesma coisa que ser britânico. Já noutro lugar me debrucei mais detalhadamente sobre estas questões (Lave, no prelo). Aqui gostaria de focar a questão das implicações das lutas comunitárias sobre o futuro das identidades da comunidade e das identidades pessoais, à medida que os britânicos e portugueses que participam nas instituições sociais do enclave britânico se posicionam a si próprios relativamente aos conflitos e interesses coloniais e pós-coloniais.

Os descendentes da diáspora britânica do comércio de vinho do Porto não são mais do que uma pequena parte da actual comunidade britânica do Porto. Contudo, essa diáspora de comércio é, de muitas formas, responsável pelo facto desta comunidade ter uma identidade colectiva com maior vitalidade, mais romântica e distintiva que as antecedentes, que muitas das outras comunidades britânicas nos antípodas reclamam como suas. O Porto é a mais antiga feitoria bri-

-colonial como um modelo para a caracterização da segunda metade do século XX. O termo «pós-colonial» coloca a importância no «pós-guerra», tornando-o um marco histórico para os últimos cinquenta anos... Chamar a isto pós-colonial é... chamar a nossa atenção para a relação entre colonialismo e nacionalismo nas políticas de cultura nas sociedades dos ex-colonizadores e dos ex-colonizados». No presente contexto, tenho em mente o que parece uma resposta comum dos colonizadores ainda existentes que, destituídos das suas posições colonizantes, se transferem para companhias que, cada vez mais, substituem as exploradoras economias políticas do colonialismo pelas exploradoras políticas económicas do empresariado multinacional.

¹⁰ Stuart Hall (*ibidem*, p. 7) insiste que «... não devemos esquecer que o conservadorismo caracterizou tanto as culturas colonizadoras, como as colonizadas. Já que, se olharmos para as *Little Englands*, as *Little Spains* e as *Little Frances* que foram criadas pelos colonizadores, se considerarmos este tipo de réplica fossilizada, com o costumado atraso da cultura colonial – as pessoas são sempre mais vitorianas quando tomam chá nos Himalaias do que quando o fazem em Leamington – vemos que estes estavam a tentar manter viva a memória das suas próprias casas e terras natais e tradições e costumes». No Porto, além disso, as famílias ligadas ao comércio do vinho do Porto sentem que têm (tinham) um papel importante na produção da cultura britânica – tudo o que rodeia o consumo de vinho do Porto. Elas não sofreram a violenta ruptura que Hall aponta como importante para as relações históricas dos colonizados; elas «mantiveram-se» – mas mas não está definido de que é que se mantiveram depois... Os britânicos do Porto não são como «as pessoas das Caraíbas, de todos os tipos, de todas as classes e posições, [que] experienciam a questão de se posicionarem a si próprias numa identidade cultural como um enigma, como um problema, como uma questão aberta». Isto porque a identidade nacional/de classe não está em questão. Ela é assinada, selada e consumada. Conseguir a sua permanente ratificação é um problema constante na existência do enclave.

tânica na Europa e a única existente hoje em dia. Durante séculos, este enclave foi responsável – segundo eles próprios, ou outros por si, dizem – pela produção de uma notável mercadoria-elite.

As reivindicações sobre a distinção da comunidade são um forte argumento para a distinção das identidades. Neste caso, elas têm alguma relação com as miragens do império, as classes sociais privilegiadas, o *Porto vintage* (com charutos e sem «ladies»). As reivindicações para a distinção emergem nas exigências das trajectórias de vida para um certo tipo de dama e de «cavalheiro de negócios». Existe prova concreta para tais reivindicações nos edifícios de comércio do vinho do Porto erigidos entre 1790 e 1840. A Casa da Feitoria, as casas de vinho do Porto, a igreja, o cemitério e o consulado têm, agora, um certo impacto persuasor nos argumentos sobre o valor do passado e as suas relações com as futuras transformações económicas/culturais. Os edifícios, os painéis publicitários, a concentração das casas de vinho do Porto em Gaia, todos evidenciam a reivindicação de distinção, tal como o fazem, ironicamente, os esforços publicitários das companhias multinacionais que, em Gaia, enfunam bandeiras ao longo das margens do rio, proclamando a venerável idade das antigas (frequentemente britânicas) empresas familiares de vinho do Porto. Em suma, a comunidade britânica é um enclave que seria organizado de forma bastante diferente se não fosse britânico ou se não estivesse profundamente associado ao comércio de vinho do Porto.

3. AS LUTAS PELA IDENTIDADE DA COMUNIDADE E OS FUTUROS

As famílias inglesas do vinho do Porto cresceram britânicas, bem de acordo com o estilo colonial difundido pelo império. Lutam agora para manter o seu tipo de vida e o significado que atribuem ao enclave. Outros participantes têm uma variedade de diferentes interesses. As mudanças são muito importantes para os membros do enclave, porque toda a gente tem aspirações nos futuros dos seus filhos. Muitas vezes, então, as escolas devem ser entendidas como locais-chave, nos quais as lutas que enformam todos os aspectos da existência social emergem dos debates activos sobre os imperativos das trajectórias das crianças (identidades em formação). Algumas destas lutas podem vislumbrar-se em dois eventos na Primavera de 1994 e em excertos da brochura de uma nova escola que se considera a si própria como uma rival da OBS.

1. Segundo o novo director, tinha havido uma difícil e inesperada discussão na *Annual General Meeting* (Reunião Geral Anual) – AGM – da *Oporto British School* (realizada no Club), onde os pais dos estudantes da *School* e o *School Governing Committee* (Conselho Directivo) tinham discutido sobre – e, depois, votado contra – a proposta do director para mudar o nome de *Oporto British School* para *Oporto British International School*. Foi para ele uma surpresa, para ele, o calor

gerado por esta pequena mas, obviamente, apropriada mudança que deveria reflectir a modificação da composição do corpo estudantil e as novas prioridades da escola, uma vez que tinha sido, finalmente, iniciado um curso chamado *Internacional Baccalaureate* (Bacharelato Internacional), recomendado há dez anos mas não implementado na altura.

2. Na AGM da *St. James Anglican Church* (realizada no *Club*, pouco tempo depois), deu-se um tenso debate entre os membros mais velhos das antigas famílias do vinho do Porto e o recentemente chegado administrador da feitoria britânica (tanto ele como a sua mulher cantavam no coro, os filhos acompanhavam-nos à missa e a família era visivelmente activa, responsável e desejava de tomar parte nas actividades da comunidade) sobre a mudança do altar e a alteração do serviço da igreja, tornando-o mais informal e a igreja mais acolhedora para as crianças. A opositora mais feroz, viúva do chefe de uma influente firma familiar, disse, finalmente: «Não quero que nada mude; lembro-me de como foi toda a minha vida e quero que assim se mantenha». Num domingo, umas semanas mais tarde, almocei no *Club* com essa senhora. Entre cumprimentos a outros frequentadores da igreja que também lá estavam a almoçar, depois da ida à igreja, esta senhora descreveu, iradamente, um desacordo que, nessa mesma manhã, tinha tido com a mesma pessoa, durante a hora da hospitalidade (a única igreja anglicana no mundo que, todos os domingos, depois do serviço religioso, serve vinho do Porto, como os seus membros gostam de frisar aos visitantes). A discussão tinha sido sobre se as crianças deviam ou não ser mandadas para colégios internos em Inglaterra, para serem educadas. O administrador tinha dito que nunca lhe passaria pela cabeça fazer isso aos seus filhos. A senhora exclamou com indignação: «Eu perguntei-lhe se ele conhecia ... [nome do colégio] e ele nem tinha ouvido falar dele. Eu não sou *snoob*! Mas toda a gente que não ouviu falar dessa escola muito simplesmente não está na minha lista!»

3. Uma brochura resplandecente, com gráficos elaborados e muitas fotografias a cores das crianças na *School*, tem o título CLIP: Colégio Luso-Internacional do Porto – isto é o que se lê, em português. Virando a brochura ao contrário, surge a versão inglesa, intitulada CLIP: *Oporto International School*. Algumas das suas pretensões parecem desafiar a OBS:

- a administração do CLIP é baseada num modelo democrático de tomada de decisões, tal como é exposto nos seus Estatutos. O CLIP reconhece o papel determinante dos pais, professores e estudantes no processo educativo;
- os métodos de ensino e os programas de estudo são definidos a partir do sistema educativo inglês, sendo dada cuidadosa atenção e consideração aos programas de trabalho existentes no actual sistema português;
- os pupilos do CLIP compartilham o amor pela aprendizagem e a capacidade intelectual necessários à consecução da excelência académica. No entanto,

diferem na maior parte dos aspectos. Oriundos de diferentes contextos nacionais e étnicos, e falando uma variedade de línguas, os pupilos do CLIP conferem ao Colégio a composição perfeita para o seu sucesso como escola internacional;

- os critérios de admissão incluem: (1.) todos os candidatos ao CLIP serão considerados independentemente da sua raça, religião, sexo, ou nacionalidade de origem; (4.) um sistema de sorteio será usado quando o número de candidatos chegados à *Standard Comission* (Comissão de Critérios) exceder o número de vagas existentes; (6.) o conhecimento prévio da língua inglesa, embora preferencial, não é uma condição para admissão.

No primeiro exemplo, a discussão é gerada por conflitos profundamente relacionados e que se intersectam. O segundo excerto indica como é que a escola é envolvida nas lutas em progresso sobre ser-se inglês no Porto. O terceiro é uma série de citações da brochura publicada pelo Colégio Luso-Internacional do Porto (CLIP). Esta última é uma escola internacional de língua inglesa, patrocinada por portugueses e que abriu há três anos com uma direcção anglo-portuguesa, anteriormente assegurada pelo *Cambridge High & Latin*, de Cambridge, MA. Foi iniciada em oposição à prática de exclusão de portugueses da OBS. Ambos os conflitos iriam provocar reacções imediatas à sugestão de que a OBS deveria incluir a palavra «internacional» no seu nome. Os conflitos na e sobre a escola reflectem (talvez mais claramente que nas outras disposições institucionais) as correntes cruzadas da globalização político-económica – e cultural – sobre as quais está baseado o enclave britânico do Porto, em todos os aspectos da sua existência quotidiana. A OBS, à data da sua fundação, em 1894, estava tão embebida nas relações de império como as práticas mercantis dos comerciantes de vinho do Porto¹¹. No geral, o conteúdo da instrução escolar não parece especialmente

¹¹ MANGAN, J. A., ed., «*Benefits bestowed?*: Education and British imperialism, Manchester, MU Press, 1988. Mangan aponta que, no geral, os historiadores do império não tocam na educação, nem os historiadores da educação no imperialismo, e introduz o livro com a proposta: «Há um facto que emerge com grande força destas tentativas – a estreita e contínua associação entre o imperialismo britânico e o sistema das «public schools»» (p. 6). A rede de escolas preparatórias privadas, das quais a OBS seria um exemplo, é «uma tardia manifestação vitoriana. A sua razão de existir deve ser encontrada principalmente na expansão do sistema das «public schools», na segunda metade do século XIX. À medida que este foi crescendo, foram também crescendo as «escolas preparatórias», que «alimentavam» as «public schools»... e ensinavam o credo do director pelo rei e pelo país» (p. 13). As escolas preparatórias eram uma forma de socialização para as «public schools» e a socialização mais tardia dos rapazes da classe média-alta para os ramos civis e militares da expansão imperial, através de uma dura disciplina, do estudo dos clássicos, do treino religioso (onde abundavam as metáforas sobre críquete, sendo, por exemplo, a trindade explicada aos rapazes como 3 stumps, 1 wicket, e Deus, Rainha, império e dever). Foi-lhes ensinado, através de jogos organizados, o mapa vermelho do mundo, a gloriosa história do império, organizado num sistema perfeito (os miúdos de 12 ou 13 anos gostam mais de comissários distritais em vastos postos avançados), assim como os acontecimentos após 1860. Foi-lhes inculcido o chauvinismo, o racismo e a

anacrónico; são as intenções dos pais e o efeito sobre as crianças do facto de serem transferidas das suas famílias para as instituições que, tradicionalmente, têm substituído as raízes individuais na família por fidelidades à velha escola, de um tipo abstractamente mais nacionalista¹², como o das escolas internas em Inglaterra, que expressam sobretudo as preocupações peculiares sobre as trajetórias de vida dos membros das antigas famílias do vinho do Porto.

As «antigas famílias ligadas ao comércio do vinho do Porto» vêm a escola como uma preparação para as crianças que, a partir dos 13 anos, irão frequentar as «public schools», em Inglaterra. Os chefes das famílias mais recentes são, muitas vezes, administradores das firmas multinacionais com ramificações em Portugal, que vêm para o Porto com um contrato de três anos e que antecipam uma existência peripatética. Estas famílias são a favor de uma escola completamente internacional, com um curso de *International Baccalaureate* disponível em todo o mundo. As famílias portuguesas que, ansiosamente, mandam as suas crianças para a escola e sem cujo suporte financeiro esta deixaria de existir desejam uma primorosa educação britânica para os seus filhos, tendo que decidir sobre qual das versões melhor serve as suas necessidades.

Com efeito, o *International Baccalaureate* é um curso destinado à obtenção do diploma de liceu, com um programa de supervisão internacional para garantir a sua homologação em escolas específicas, que tem as suas origens não em Inglaterra mas no centro da neutralidade capitalista, a Suíça. A intenção é tornar possível um *curriculum* contínuo, com um ritmo coordenado, ministrado por escolas secundárias em todo o mundo, tornando, conseqüentemente, possível a migração transnacional das famílias administradoras de companhias multinacionais, assegurando uma única trajetória educacional para as suas crianças, sem terem que as mandar para um colégio interno na metrópole. Trata-se de um programa em língua inglesa e, em grande parte, construído segundo as tradições educacionais britânicas. No entanto, a língua inglesa é a utilizada, única e exclusivamente porque a linguagem global dos negócios é o inglês e não devido a uma atenuada conexão com as relações de império anteriores à Segunda Guerra Mundial.

intolerância (MANGAN, *The games ethic and imperialism*, p. 26). «O seu etnocentrismo aplicado ao Continente assim como aos cafres» [«Kaffirs» no original (p. 27)]. No virar do século, esperava-se que os rapazes se tornassem «exemplos do Cristianismo Musculado (p. 68) – existe o poema de um director, chamado «O rapaz feminino» (que não gosta de jogar críquete e que devia ser espancado), sublinhando o carácter sexuado da questão. A colónia comerciante do Porto não era uma arma ou projecto directo da política governamental britânica. Em muitos aspectos, os filhos das famílias do vinho do Porto devem ter-se sentido em casa nas «public schools» para onde eram mandados, na Grã-Bretanha; noutros casos, sendo óbvio que não faziam parte do grande projecto de império, eles podem ter-se sentido desinteressantes; e podem muito bem também ter experimentado o «elitismo anti-comércio» das «public schools» (Mangan, *o. c.*, p. 30). Eles parecem, até hoje, ter absorvido o seu pro-«atleticismo»/anti-«intelectualismo gálico», p. 48.

¹² Chego esta reflexão graças a Peter Gow, antropólogo da Universidade de Manchester.

Esta descrição do programa do *International Baccalaureate* é da minha autoria – não é exactamente a mesma que figura nos debates da OBS: o Director, cujo objectivo em 1993-94 foi o de construir uma escola de alta qualidade e cujas prioridades dizem respeito a este projecto profissional, mais do que à inserção do curso nas lutas políticas locais, argumentou que o IB ofereceu um plano educacional de alto nível, do qual os estudantes da OBS poderiam beneficiar grandemente, sendo essa uma forma de expandir a escola para um curso de liceu completo (sem ter que começar do zero ou inventá-lo eles próprios) e a única maneira de cultivar uma reputação de excelência profissional para a escola.

São necessários recursos para construir um tal programa. As discussões põem em causa se o emprego de recursos neste projecto não vai afastá-lo da escola júnior, que prepara as crianças da escola primária para fazerem o *Common Entrance Exam* (Exame de Admissão) para as «public schools» britânicas. As antigas famílias do vinho do Porto fazem questão que a escola continue a desempenhar este papel e opuseram-se ao programa do IB. O programa foi instituído há três anos, mas a sua continuidade mantém-se um assunto de conflito, ainda não resolvido.

O programa do IB está de acordo com os interesses dos vários clientes da *School*, além dos das famílias de administradores contratados. Iria, também, ao encontro das necessidades das famílias britânicas que não têm os meios ou a vontade de mandar as suas crianças para Inglaterra (por exemplo, várias famílias de missionários e professores). E, para as famílias portuguesas que mandaram os seus filhos para a escola primária na OBS, evitaria os incomensuráveis «curricula» e as diferenças organizacionais que as suas crianças enfrentam quando mudam para o sistema escolar português. A OBS, enquanto escola preparatória paga, publicou uma clara visão das trajectórias correctas para a educação de rapazes, mas não existem objectivos claros comparáveis estabelecidos para a educação das raparigas. Consequentemente, as discussões sobre a admissão de raparigas e de outras nacionalidades, especialmente portuguesa, têm sido expressas em termos de favores a esses clientes e, por seu turno, estes só podem lutar para serem incluídos e conseguir que os seus desejos ascendam a preocupações igualmente importantes e legítimas. Os conflitos acima descritos não são disputados em nome de questões de género¹³. Eles envolvem as pessoas em discussões sobre se a OBS deve supor-

¹³ O espectáculo maratona de êxitos dos 100 anos da OBS (e da comunidade do vinho do Porto), apresentado por crianças e adultos do enclave durante as celebrações do centenário da escola, em Junho de 1994, foi notável pela sua centralidade no vinho do Porto – e nos britânicos – com um aceno superficial para a história portuguesa, pela sua música popular – principalmente americana (com um aplauso muito caloroso para os Beatles e uma ovação em pé para a imitação de Frank Sinatra) – e o comentário singularmente zombeteiro feito por dois pais das famílias de vinho do Porto, os MCs para a ocasião, relativamente à sátira feita pelas raparigas sêniores sobre Sylvia Pankhurst e o movimento sufragista.

tar as trajectórias de carácter e posicionamento de classe desses rapazes (e, sem uma evidente preocupação pública, das raparigas) que irão passar da adolescência à idade de jovens adultos enquanto viverem no Reino Unido.

No extremo oposto da Foz fica o CLIP, a outra escola de língua inglesa do Porto, situada no antigo – mas restaurado – terminal de eléctricos do Porto. Sob muitos aspectos, parece ter sido concebida em oposição à OBS. O projecto começou com o esforço de um antigo director da OBS, em colaboração com um grupo de pais holandeses e escandinavos. A liderança do projecto foi quase imediatamente assumida por um rico e influente comerciante do Porto. O carácter oposicional do CLIP teve, certamente, parte das suas raízes na experiência do comerciante português ao mandar os seus filhos para a OBS. A exclusão dos pais portugueses das votações sobre os assuntos da escola, as reuniões de pais conduzidas exclusivamente em inglês, a visível hierarquia por nacionalidade entre os professores, etc., acabou por levá-lo a retirar os seus filhos da OBS e a concentrar os seus esforços na escola internacional que tem propinas mais baixas, promete uma escola auxiliar de línguas e, a breve trecho, um colégio associado à escola secundária. O CLIP paga aos seus professores salários mais altos e conseguiu atrair alguns professores da OBS. A directora tinha sido, anteriormente, directora da classe júnior na OBS e é mulher de um jovem executivo numa empresa de vinho do Porto. A escola dá muita importância a admissões que não excluem nacionalidades, à igualdade de pagamento e posição entre os professores, à igual oportunidade de participação para todos os pais e, acima de tudo, ao carácter equitativamente internacional (mais do que britânico) da escola.

Este conflito complexo ilustra as amplas implicações das relações entre as antigas famílias do vinho do Porto, os administradores contratados e as famílias portuguesas que têm interesses no enclave britânico. Num registo diferente, ilustra as implicações interligadas das mudanças em direcção às relações político-económicas das companhias multinacionais. Os britânicos fora da sua pátria são envolvidos neles de várias formas, estando empenhados em diferentes e variáveis relações com as famílias portuguesas integradas na *School* e no *Club*, elas próprias apanhadas em relações entre as diferenças político-económicas pré e pós-revolução, relações estas semelhantes às experimentadas pelos britânicos (e que têm origem comum nas economias globais em mudança).

É possível reiterar o assunto de uma outra forma, resumindo as lutas sobre as trajectórias educacionais: com o curso do IB, que o CLIP não tem e cuja licença provavelmente não conseguirá obter dada a proximidade do programa da OBS, a OBS tem a possibilidade de servir as famílias administradoras contratadas, sem depender da presença de um grande número de crianças portuguesas. Para isso tem que contar com as antigas famílias do vinho do Porto. Contudo, enquanto a hierarquia da OBS oferecer alguma garantia do valor de uma educação específica-

mente britânica para algumas famílias portuguesas, a sua presença está garantida, conferindo uma importante ratificação ao valor da cultura de classe britânica. Isto poderia subtilmente fortalecer a influência das antigas famílias do vinho do Porto relativamente aos administradores sob contrato¹⁴. A deserção massiva da OBS para o CLIP, quer por parte dos administradores contratados, quer pelas famílias portuguesas iria destruir a OBS. A afirmação de um carácter mais equitativamente internacional da escola desafia a legitimidade das reivindicações das antigas famílias do vinho do Porto à «sua» escola e a sua missão para só incidentalmente educar outras crianças que não as suas. O IB é necessário para manter um director de alta qualidade, e um director a favor do IB irá contribuir para o cada vez maior controlo internacional e igualitário da escola.

Parece que as antigas famílias têm que capitular e o enclave britânico tem que mudar a sua identidade como colónia de antigos mercadores de vinho do Porto. E, no entanto, a resistência (que poderá ser a arma dos fracos) é a arma por excelência dos ricos e dos conservadores: as famílias do vinho do Porto continuam a lutar para manter a *School* na sua antiga forma. A sua acção coordenada, até agora, tem surtido efeito. O chefe de uma família do vinho do Porto ofereceu recentemente um empréstimo de que a *School* necessitava desesperadamente, na condição de controlar as nomeações para o *School Governing Committee* durante os próximos anos. Uma relação mais profissional entre o *Committee* e as operações diárias da *School* enfrenta uma forte resistência. E por aí fora. Recentemente recebi uma carta de um amigo do Porto dizendo que o IB está outra vez em perigo, estando a decorrer uma discussão sobre a sua continuação.

A questão que aqui se coloca não é quem irá ganhar ou quem irá perder. Com todos os parcialmente descontínuos níveis ou arenas em que se desenrolam as transformações das relações dinâmicas, a noção de um resultado claro provavelmente não faz sentido. Ao fim e ao cabo, estas são lutas endémicas, vitalícias e determinantes ao longo da vida que, em parte, espelham os que nelas participam. Estas lutas devem afectar quem, no futuro, vai participar no comércio do vinho do Porto, relativamente à sua forma de participação, à opinião sobre o seu papel no comércio, sobre as identidades nacionais e as relações entre agricultores portugueses e britânicos, firmas e companhias multinacionais, e sobre a importância da continuidade e da tradição, não obstante esta ser inventada. Elas afectam as relações intergeracionais e levantam questões sobre se e em que termos as antigas famílias britânicas do vinho do Porto vão continuar a participar no comércio. E que mudanças irão emergir no comércio por causa das lutas da comunidade em contínua mudança e dos seus resultados.

¹⁴ Agradeço à Susan Shepler por este raciocínio.

